v.21 n.1 2021
cadernospós
cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

Mulheres, pobreza e arquitetura

Women, poverty and architecture

Mujeres, pobreza y arquitectura

Nadia Somekh, arquiteta e urbanista, doutora em arquitetura e urbanismo, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e professora emérita da FAU Mackenzie.
E-mail: nadia@mackenzie.br
http://orcid.org/0000-0003-2906-8271

Para citar este artigo: SOMEKH, N. Mulheres, pobreza e arquitetura. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,* São Paulo, v. 21, n.1, p. 09-22, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p09-22.

Submissão: 2021-04-09

Resumo

O que nosso país precisa dos arquitetos? Como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo pode ajudar a proteger a sociedade e valorizar a arquitetura? Priorizamos duas questões centrais e estruturamos este artigo em três partes. A primeira trata da questão de gênero e equidade inexistente na arquitetura; na segunda parte tratamos da necessidade de valorizar a arquitetura na questão social: um terço das habitações no Brasil é precário. Nós, arquitetos, temos uma missão imensa e importante a cumprir para o desenvolvimento do país. Finalmente, encerramos nosso artigo com as propostas de ação no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo para o próximo triênio, principalmente para resgatar o prestígio social do arquiteto perante a população carente que mais necessita do nosso ofício.

Palavras-chave: Gênero; Questão Social; Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Pautas Emergentes; Gestão Colaborativa.

Abstract

What does our country need from architects? How can the Council of Architecture and Urbanism help protect society and value Architecture? We prioritized two central issues and structured this article into three parts. The first deals with the issue of gender and equity that does not exist in Architecture; in the second part we deal with the need to value architecture in the social issue: one third of the dwellings in Brazil are precarious. We architects have an immense and important mission to fulfill for the development of the country. Finally, we close our article with the proposals for action in the CAU - Council of Architecture and Urbanism - for the next three years, mainly to rescue the social prestige of the Architect to the needy population that most needs our office.

Keywords: Gender; Social issues; Architecture and Urbanism Council; Emerging Agendas; Collaborative Management.

Resumen

¿Qué necesita nuestro país de los arquitectos? ¿Cómo puede el Consejo de Arquitectura y Urbanismo ayudar a proteger la sociedad y valorar la Arquitectura? Priorizamos dos temas centrales y estructuramos este artículo en tres partes. El primero aborda el tema de género y equidad que no existe en Arquitectura; en la segunda parte abordamos la necesidad de valorar la arquitectura en el tema social: un tercio de las viviendas en Brasil son precarias. Los arquitectos tenemos una inmensa e importante misión que cumplir para el desarrollo del país. Por último, cerramos nuestro artículo con las propuestas de actuación en la CAU - Consejo de Arquitectura y Urbanismo - para los próximos tres años, principalmente para rescatar el prestigio social del Arquitecto ante la población necesitada que más necesita nuestra oficina.

Palabras clave: Género; Problemas sociales; Consejo de Arquitectura y Urbanismo; Agendas emergentes; Gestión colaborativa.

INTRODUÇÃO

Começo este artigo na primeira pessoa do singular. Quando me candidatei a conselheira federal do CAU/BR por São Paulo, em 2017, eu tinha três objetivos específicos, além dos rotineiros. O primeiro deles seria aumentar a representatividade feminina: eram apenas seis mulheres entre os 28 conselheiros. O segundo objetivo consistia no apoio ao Congresso UIA2020RIO, para sensibilizar a sociedade sobre a importância do trabalho dos arquitetos. E, finalmente, o terceiro era participar do planejamento do Conselho, explicitando sua relevância.

O balanço que faço de meus três anos como conselheira, na gestão 2017–2020, é positivo. Criamos a Comissão de Equidade de Gênero com a conquista da empatia da maioria dos conselheiros federais. Ampliamos os eventos preparatórios ao Congresso UIA2020RIO, principalmente nos estados brasileiros, interiorizando o debate com a sociedade. Realizamos o seminário "Gestão Inovadora de Bairros Históricos", na Universidade Mackenzie, com suporte do CAU, palestrantes estrangeiros e ampla participação. Como resultado, tivemos importantes encaminhamentos: Frente de Defesa do Patrimônio, Athis do Patrimônio Cultural e Mobilização Fábrica de Restauro.

Minha participação na CPFI (Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR) apontou a necessidade de maior vinculação entre arrecadação e ações estratégicas. Esse foi o mote da minha disposição em me candidatar ao Conselho Federal por mais três anos.

A pandemia me proporcionou a oportunidade de realizar, desde março de 2020, debates permanentes em vários fóruns verticais sobre a insatisfação dos arquitetos com o Conselho, e construir um projeto de mudança de rumos.

Constituímos a Chapa CAU + Plural, com 156 mulheres, não para excluir os homens, mas para ampliar a participação feminina no Plenário do CAU/SP. Acompanhando a transformação da força do trabalho no país, as mulheres arquitetas hoje são maioria no Brasil: 64% dos 203.062 profissionais registrados no CAU em 2 de fevereiro de 2021 (SICCAU, 2021), segundo dados atualizados do SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU) (SICCAU, 2021). Esse percentual tende a aumentar nos próximos anos, diante da constatação de que atualmente 67% dos graduandos em Arquitetura e Urbanismo são mulheres, conforme o Censo de Educação Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira[1] .

Foi um aprendizado que me permitiu, junto com os debates realizados no âmbito do Conselho Superior do IAB, do qual faço parte, consolidar uma proposta que a partir de agora apresento na primeira pessoa do plural.

O que nosso país precisa dos arquitetos? Como o CAU pode ajudar a proteger a sociedade e valorizar a arquitetura? Priorizamos duas questões centrais e estruturamos este artigo em três partes. A primeira trata da questão de gênero e

1 Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. Censo da Educação Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), portal "Nexo", 13 de dezembro de 2017.

equidade inexistente na arquitetura; na segunda parte tratamos da necessidade de valorizar a arquitetura na questão social: um terço das habitações no Brasil é precário. Nós, arquitetos, temos uma missão imensa e importante para o desenvolvimento do país. Finalmente, encerramos nosso artigo com as propostas de ação no CAU para o próximo triênio, principalmente resgatar o prestígio social do arquiteto junto à população carente que mais necessita do nosso ofício.

1. A questão de gênero

O CAU/BR assumiu publicamente o compromisso de promover a equidade de gênero em suas instâncias organizacionais, na profissão e no relacionamento com a sociedade, a partir da adesão à plataforma Princípios de Empoderamento das Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU) para as Mulheres (WEP), criada pela ONU Mulheres e o Pacto Global. Estávamos em 2019 e as estatísticas já apontavam que as mulheres representavam 63% dos profissionais da área.

O posicionamento levou à criação da Comissão Temporária de Equidade de Gênero (CTEG). Um de seus frutos foi o 1º. Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, que constatou uma lacuna enorme entre as condições das mulheres e dos homens, tanto no âmbito profissional quanto no privado. Outro fruto foi a motivação para o surgimento de comissões semelhantes em vários CAU estaduais.

Com tais subsídios e organização em rede foi possível realizar o ciclo de debates Mulheres na Arquitetura em diferentes capitais do país. A Política do CAU para a Equidade de Gênero começou a ser construída nesse ciclo. Com o encerramento da CTEG, devido ao término de seu prazo de funcionamento, foi criada outra Comissão Temporária, agora de Política de Equidade de Gênero, da qual se esperam novos avanços, envolvendo atores em todo o território nacional.

O que defendemos é um tratamento justo entre homens e mulheres no trabalho e nas cidades. "É fundamental que os Arquitetos tenham a capacidade de compreender e responder às diversas necessidades dos Clientes e da comunidade como um todo. Esse objetivo será mais facilmente alcançado quando todas as esferas da profissão refletirem a diversidade da sociedade", diz a União Internacional dos Arquitetos (UIA) em seu guia da Política de Equidade de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, de 2017 (UIA, 2017).

"Corrigir esse quadro não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida", afirma Beatriz Colomina, professora de História e Teoria na Escola de Arquitetura da Universidade de Princeton (COLOMINA, 2010).

Com a pandemia da Covid-19, a visão da mulher se tornou ainda mais necessária. "O mundo pós-pandemia será um mundo mais alinhado aos valores femininos, passando a fazer parte do nosso vocabulário comum", declarou a antropóloga Débora Diniz, da Universidade de Brasília, em entrevista para a *Folha de S. Paulo*.

Na opinião da antropóloga, “a melancolia que estamos vivendo, da casa, da espera, do medo, da perda, da morte, colocou o desamparo no centro dos debates sobre política e economia. Nunca a economia falou tanto sobre desamparo quanto agora. E não há salvação se não criarmos mecanismos coletivos de amparo”, destacou.

O mundo pós-pandemia também vai ter que falar da sobrevivência e da interdependência das pessoas, segundo avalia Débora Diniz. “Teremos de falar de cuidados, proteção social, saúde. Uma resposta a uma pandemia é uma resposta sobre a reprodução social da vida e ela passa pelas mulheres”, acredita ela.

Após esse período de reclusão teremos de discutir meios de tornar nossas casas e nossas cidades mais democráticas, inclusivas e sustentáveis para todos e todas, incluindo nos espaços de vivência e convivência grupos que não têm sido plenamente contemplados.

O 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, realizado pelo CAU/BR em 2020, revelou que quase 90% dos entrevistados acreditam que o CAU deve promover equidade de gênero na profissão e na sociedade.

No âmbito das cidades, as três opções mais votadas como propostas foram: “diretrizes para a oferta universal de serviços essenciais”, “maior representatividade feminina na formulação de políticas públicas” e “campanhas sobre cidades mais inclusivas”.

Uma parte significativa (5%) dos homens, contudo, ainda é contrária a todas as propostas e essa foi a quarta maior inequidade de todo o diagnóstico. De qualquer forma, a maioria reconhece a mulher como agente de mudança fundamental para as cidades (CAU/BR, 2020).

No âmbito profissional, entretanto, há muito que evoluir. Hoje, ainda que as arquitetas sejam a maioria na profissão, dos cerca de 2,4 milhões de RRT (Registros de Responsabilidade Técnica) emitidos pelo CAU, entre 2012 e 2019, um total de 1,3 milhão foi tirado por homens e 1,1 milhão por arquitetas (ROSSETO; OLIVEIRA, 2020).

Para repensarmos esse modelo será fundamental que todos os arquitetos e arquitetas e urbanistas esclareçam clientes, a sociedade e o poder público sobre a importância de se incorporar a sustentabilidade ambiental e social em novos projetos e em readequações. Será também imprescindível que participem mais efetivamente da construção das políticas públicas por compreenderem o impacto que a sua implementação tem na vida das cidades e das pessoas. Importante, também, intensificar as ações em prol do direito universal à moradia, da sustentabilidade dos centros urbanos e das periferias e da assistência técnica à habitação de interesse social.

Nesse contexto, cabe lembrar um ensinamento da arquiteta norte-americana Julie Moskovitz: "Às vezes a coisa mais importante que uma arquiteta pode fazer é se tornar politizada sobre as questões que importam para ela".[2]

O próprio CAU/BR pode contribuir promovendo a importância de cidades e moradias sustentáveis e inclusivas, da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) e de uma sociedade mais feminina.

2. A questão social: melhorar as condições habitacionais

A desigualdade social, que se agrava com a pandemia no Brasil, fica explícita em levantamento da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, datado de 2019. Ele aponta que um terço dos 72,4 milhões de domicílios brasileiros tem condições inadequadas de moradia, o que engloba problemas de construção, falta de infraestrutura urbana e irregularidades fundiárias.[3]

Como a mulher, a criança e os idosos são os que mais permanecem nas residências. Esse grupo representa os mais vulneráveis.

A ausência de banheiros é mais uma grave precariedade edilícia dos domicílios que necessitam de medidas imediatas, como opinou a arquiteta Angela Maria Gordilho Souza, da Universidade Federal da Bahia, no Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios, promovido pela Fundação João Pinheiro, em setembro de 2020 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020a). (Inadequação habitacional no Brasil).

A visão da arquiteta foi confirmada, com base em levantamentos do IBGE, por seu diretor adjunto de Pesquisas, Cimar Azeredo Pereira, outro participante do seminário. Segundo ele, a principal inadequação das moradias precárias é a falta de um banheiro de uso exclusivo, ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com outros domicílios.

A segunda precariedade é a utilização de materiais não duráveis nas paredes externas dos domicílios. Outra é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que a moradia tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. A quarta é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020b).

O arquiteto e urbanista Gustavo Givisiez, da Universidade Federal Fluminense, atua em demografia aplicada a políticas públicas e demografia da habitação. Ao participar também do mesmo seminário, ele apresentou exercício preliminar mostrando que em 15% dos domicílios precários todos os cômodos são utilizados como dormitórios, ou seja, não possuem sala e nem mesmo cozinha isolada. Seu

2 *Arquitetas Invisíveis.* Disponível em: https://www.facebook.com/arquitetasinvisiveis/posts/1649138081930373/. Acesso em: 5 maio 2021.

3 A casa do brasileiro e as mudanças vindas com a pandemia! *O Estado de S. Paulo*, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,a-casa-do-brasileiro-e-as-mudancas-vindas-com-a-pandemia,1134645. Acesso em: 5 maio 2021.

estudo constatou também que entre 11 milhões e 17 milhões de domicílios têm necessidade de ampliação, conforme o critério que seja utilizado para cálculo do adensamento adequado por dormitório (GIVISIEZ, 2020).

O documentário *Habitação Social: uma questão de Saúde Pública*, produzido pelo CAU/BR em dezembro de 2020, foca os problemas enfrentados por famílias que vivem em assentamentos precários, situação agravada com a pandemia da Covid-19. "Milhões de pessoas têm de cumprir a determinação de ficar em casa, amontoados em espaços pequenos, insalubres, escuros, mal ventilados. Perigosos mesmo. Nesses lugares, quem manda é o vírus" – diz o documentário em sua abertura.

Todos os entrevistados "residem" em moradias autoconstruídas. A maioria das casas não tem pintura ou sequer reboco, tanto internamente quanto externamente. Outras cenas comuns mostradas no filme são infiltrações; falta de circulação de ar, como quartos sem janela, abafados; banheiro junto à cozinha; e umidade, que causa mofo nas paredes. Da mesma forma como o adensamento. "Aqui é um cômodo só. 'Ia tá' contaminado todo mundo aqui se alguém pegasse Covid. [...] Eu já tive pneumonia, perdi uma parte de meu pulmão", disse uma entrevistada, moradora do bairro Cata Preta, na periferia de Santo André (SP). "Se aqui cair um doente dessa doença, não tem como isolar. Dorme todo mundo um em cima do outro, se tiver que morrer, vai morrer", disse outra entrevistada moradora da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

O filme apresenta possibilidades de transformação desse quadro, a partir do maior reconhecimento pelos gestores públicos e pela sociedade da necessidade do arquiteto e urbanista e da valorização de seus conhecimentos e habilidades.

A mudança possível é apontada no documentário por arquitetos e urbanistas, empresários e gestores públicos e se dá pela efetiva implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis). No entendimento do CAU/BR, o Brasil precisa de um plano nacional de habitação de interesse social equivalente ao SUS na área da Saúde. Ou seja, uma política de Estado, não de governo (CAU/BR, 2020).

> "Às vésperas das eleições de 2020 para escolhas de prefeitos (as) e vereadores(as), as 5.570 cidades brasileiras, que deveriam ser territórios do fomento ao conhecimento, da produção econômica, do exercício da cidadania e do usufruto da felicidade de seu povo, são em boa parte 'campos minados'. A pandemia da Covid-19 escancarou essa triste realidade ao nos impor o refúgio em moradias que, dependendo da localização e condições construtivas e sanitárias, do mesmo modo se transformaram em 'armadilhas' ("Carta Aberta à Sociedade e aos(as) candidatos(as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidade pós-pandemia, iniciativa conjunta do CAU/BR, Abap, Abea, AsBEA, FNA, IAB e FeNEA, constituintes do Ceau Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas).[4]

4 Carta aberta à sociedade e aos(as) candidatos(as) nas eleições municipais de 2020: um projeto de cidade pós-pandemia. Elaborada pelas entidades do Ceau (Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas). Disponível em: https://www.caubr.gov.br/cidades2021/. Acesso em: 6 maio 2020.

"A crise da Covid-19, ou coronavírus, chegou para todos e todas ao mesmo tempo. Mas não chegou da mesma maneira. Ela amplia e amplifica o impacto das desigualdades socioeconômicas com as quais convivemos há séculos. Desigualdade que desde sempre, como sociedade, varremos para debaixo do tapete coletivo", chamava a atenção o editorial "O vírus da desigualdade", de 1º de maio de 2020, da Agência Mural de Jornalismo das Periferias.[5]

Coincidentemente com o mesmo título do editorial da Mural, em 25 de janeiro de 2020, a ONG Oxfam Brasil, parte de uma rede global que atua em cerca de 90 países, divulgou relatório mostrando que mulheres, população negra e integrantes de grupos étnicos minoritários são os que mais sofrem com os reflexos da Covid-19.

Segundo o relatório, "no Brasil, pessoas negras têm 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas. Se as taxas de mortalidade da doença nos dois grupos fossem as mesmas, até junho de 2020, mais de 9.200 afrodescendentes estariam vivos".

"A pandemia afetou muito mais as pessoas que vivem na pobreza do que os ricos e teve impactos particularmente graves sobre mulheres, negras e negros, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades historicamente marginalizadas e oprimidas em todo o mundo. As mulheres, e em maior medida as mulheres racializadas, correm mais risco", afirma a Oxfam Brasil.

O levantamento diz ainda que as mulheres também foram as que mais perderam empregos durante a pandemia em todo o mundo, enquanto a população negra foi a que mais se contaminou e teve o maior índice de mortes.[6]

"Não é difícil deduzir as razões para isso. Afinal, essas populações estão em maior contexto de desigualdades de saúde e qualidade de vida", afirma Wagner de Alencar, cofundador e diretor de jornalismo da Agência Mural de Jornalismo das Periferias.[7]

Como, por intermédio do Conselho, podemos minimizar os graves problemas nacionais, que extrapolam a questão social e de gênero? É o que apresentamos a seguir. Será um imenso desafio realizar ao menos algumas dessas propostas.

3. Propostas para o CAU Brasil 21-23

Após eleição pelo Plenário do CAU/BR, obtendo 19 dos 28 votos em disputa, iniciamos uma nova gestão. Uma gestão que se propõe diferente sem ser iconoclasta. A experiência das últimas gestões do CAU precisa ser valorizada e

5 Editorial "O vírus da desigualdade". Agência Mural de Jornalismo das Periferias, 1º maio 2020. Disponível em: https://www.agenciamural.org.br/editorial-o-virus-da-desigualdade/. Acesso em: 6 maio 2021.

6 O vírus da desigualdade. Relatório da Oxfam Brasil, jan. 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/. Acesso em: 6 maio 2021.

7 O vírus da desigualdade continua mais evidente do que nunca. Blog Mural, *Folha de S. Paulo*, 29 jan. 2021. Disponível em: https://mural.blogfolha.uol.com.br/2021/01/28/o-virus-da-desigualdade-continua-mais-evidente-do-que-nunca/. Acesso em: 6 maio 2021.

considerada heroica. Partiremos dos avanços realizados, bem como das propostas apresentadas nas diversas Comissões que estiverem alinhadas com as prioridades e os pontos de convergência que buscaremos construir coletivamente. Vamos avançar e incluir mais ações além da social e de gênero, mas estamos definindo prioridades.

A conjuntura do país e a ameaça em curso às entidades profissionais representativas demandam uma dupla postura.

A primeira, externa, na defesa de uma pauta progressista, pela defesa incondicional da democracia, das instituições democráticas e por ações de reconstrução e consolidação do direito à cidade, a moradias dignas, à saúde e ao trabalho durante e após a pandemia que estamos passando.

A segunda, interna ao Conselho, democrática, participativa e, principalmente, horizontal redistributiva, voltada para o desenvolvimento territorial brasileiro e a coesão do conjunto autárquico do CAU (CAU/BR mais CAU/UFs) e demais entidades do Ceau.

A prioridade junto à sociedade é enfrentar os desafios diante da crise econômica e do trabalho, dando atenção às condições precárias de um terço das moradias brasileiros e às desigualdades sociais e seus reflexos no território, sempre levando em conta a diversidade.

Acreditamos que com a sensibilização dos gestores públicos e estabelecendo e consolidando parcerias com as entidades da sociedade civil, conseguiremos ampliar a percepção da importância e do legado da arquitetura e do urbanismo para a elevação da qualidade de vida de todos. Nesse sentido, a realização do Congresso UIA2021RIO no seu novo formato, boa parte *on-line*, proporcionará uma oportunidade ímpar.

Vamos, também, a partir do CAU, divulgar entre a população carente de condições habitacionais dignas as possibilidades de melhorias, principalmente por meio da assistência técnica. Entendemos que esse será o principal legado do Congresso: além de divulgar nossa reconhecida boa arquitetura para o mundo, conscientizar a população mais pobre da importância do arquiteto para melhorar a saúde da população.

Para enfrentar essa vulnerabilidade da maioria da população brasileira, propomos o desenvolvimento e implementação do programa "Mais Arquitetos". Composto de projetos de Athis (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), o programa seria viabilizado a partir da parceria de recursos públicos, movimentos sociais e apoio dos conselhos estaduais. Por entender que a Athis é um direito fundamental do cidadão, assim como a saúde e a educação, desde 2016 o CAU destina no mínimo 2% de sua arrecadação para, por meio de editais, patrocinar iniciativas na área[8]. Nossa ideia inicial, defendida pelos presidentes dos conselhos estaduais, é de turbinar essas ações por um Fundo

8 Plenária 56ª: CAU destinará recursos para projetos e obras de assistência técnica. CAU/BR, 1º ago. 2016. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/. Acesso em 6 maio 2021.

de Athis com o objetivo de superar as grandes desigualdades existentes no território nacional.

A ideia vai além, devendo representar um programa de arquitetura acessível e popular para a melhoria das condições habitacionais da maioria das moradias nas cidades brasileiras nesse momento de isolamento.

Além disso, defenderemos uma regulação urbana que atenda aos 5.570 municípios brasileiros para que possam contar com pelo menos um arquiteto.

A parceria com a sociedade civil propiciará a concretização de ações visando o desenvolvimento local, reunindo propostas de recuperação econômica, solidárias, de combate às desigualdades socioespaciais, incentivando a geração de trabalho e renda nos próximos meses e anos, projetando o caminho pós-pandemia.

A meta inclui políticas, programas e projetos direcionados à urbanização, à habitação e à universalização do saneamento e do abastecimento, mobilidade e o acesso à terra, entre outras ações que conduzam à saúde urbana e à melhoria das condições de vida, em especial das populações mais vulneráveis.

É preciso pensar nos jovens e nas crianças como garantia de preservação da existência humana. Vamos estimular programas inovadores a exemplo do CAU Educa, programa de educação continuada a longo prazo para a construção de uma consciência urbana e ambiental no ensino fundamental.

O fortalecimento institucional do CAU demandará ações parlamentares, baseadas em diálogo e na criação de pontes complementadas com o debate com os profissionais, que poderá trazer em longo prazo ações de sustentabilidade nas cidades.

As mesas de negociações com outras profissões, objetivando a harmonização de entendimento quanto a atribuições privativas e compartilhadas, devem perseguir resultados concretos.

O protagonismo do Conselho na articulação com outras entidades profissionais deverá ser construído a partir de uma presença mais ativa nos debates da sociedade como um todo, sempre na busca de coesão e defesa técnica das atribuições do arquiteto e urbanista.

No campo político, devemos atuar junto aos diversos setores e instâncias decisórias relativas à gestão das cidades, buscando que a formulação de leis, o planejamento e a atuação pública sejam alinhados aos princípios da reforma urbana.

Nesse contexto, é preciso fortalecer as ações institucionais e parlamentares, com base em articulação sólida, para definir e priorizar as pautas nas quais o CAU deve se posicionar em conformidade com os interesses da profissão.

Pleiteamos a eficiência e transparência nos processos de licenciamento por parte dos órgãos públicos, valorizando a responsabilidade técnica, o direito autoral e reduzindo a burocracia.

Um desafio da comunicação com os profissionais é a criação de mecanismos para ampliar a participação dos colegas em processos decisórios acerca de grandes temas e da destinação dos recursos do CAU, o que pretendemos fazer por meio de consultas públicas, pesquisas e plataformas participativas

Vamos melhorar a divulgação pública das atividades do CAU/BR para a sociedade civil, incluindo campanhas de divulgação, conscientização e debate acerca do papel social do arquiteto e urbanista, abertos à sociedade civil, junto a escolas, órgãos públicos, comunidades, universidades e demais instituições. O Brasil precisa de arquitetos. E nós precisamos conscientizar o Brasil disso.

Os CAU dos Estados e do Distrito Federal devem ser estimulados a mapear comunidades, associações de bairros, coletivos da sociedade civil e outras formas de organização não institucionalizadas, de modo a reconhecer demandas e criar elos cooperativos entre conselho e sociedade.

Precisamos investir na formulação de campanhas e meios de divulgação de trabalhos de arquitetos e urbanistas, cujos projetos não são veiculados na mídia.

É essencial ampliar a compreensão de que formação e ensino são elementos geradores de boas práticas profissionais, éticas e comprometidas com o desenvolvimento e a qualidade de vida da sociedade.

A atuação profissional na área de ensino e pesquisa, reconhecendo e contemplando suas especificidades, precisa ser valorizada.

Queremos levar adiante uma ação abrangente com relação à aproximação de professores, pesquisadores, estudantes e as próprias instituições de Ensino Superior ao Conselho, ampliando as condições de participação desse segmento da profissão na condução das atividades do CAU.

Isso é essencial para podermos dialogar com o Ministério da Educação na busca de atuação articulada em favor da qualidade de ensino e de condições de oferta e financiamento distribuídas de modo mais equilibrado no território nacional.

É preciso valorizar as Diretrizes Curriculares Nacionais e a sua discussão e formulação pelas entidades representativas, de modo a preservar e ampliar a qualidade da formação profissional.

O Ensino a Distância é uma questão premente a ser enfrentada, reiterando decisões já tomadas e ampliando a atuação do Conselho neste tema. Nesse campo é necessário verificar e encarar de forma assertiva o aumento do percentual destinado a EAD no contexto do ensino e sua relação com a precarização das condições de trabalho dos professores.

Outra questão a enfrentar é a dos estágios no processo de formação e de prática profissional.

Os CAU/UFs serão estimulados a criar mecanismos de acolhimento e participação política dos estudantes no Conselho.

É preciso ainda valorizar as atividades de pesquisa nas áreas tecnológicas, científicas e prática profissional.

O CAU precisa se fazer presente no mercado e no campo de atuação e prática profissional, o que faremos criando as condições operacionais para implementar ações que garantam a qualidade do projeto e combatendo formas subdimensionadas de contratação profissional.

Em meio às discussões de legislações que tratam de obras públicas, é o momento de ampliar fortemente a atuação do Conselho no sentido de esclarecer a sociedade da importância do projeto de arquitetura e urbanismo e, em especial, do projeto executivo como instrumento fundamental para a obtenção de qualidade, prazo, preço, eficiência e transparência, em especial em obras públicas.

A sociedade e mesmo a categoria devem ser esclarecidas sobre os processos de fiscalização do pleno exercício profissional nas etapas de projeto, planejamento e execução de obras. É preciso implementar a fiscalização orientativa e entender as transformações da atividade do arquiteto na contemporaneidade.

Os estados serão estimulados a ampliar e consolidar a participação dos profissionais da arquitetura e urbanismo na formulação das normas técnicas relativas às atribuições profissionais, criando fóruns próprios de discussão.

Enfrentaremos a precarização do mercado, apoiando diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, qualificação empresarial e posicionamento comercial dos escritórios de arquitetura.

Pautas urgentes

A nova gestão assume a condução do CAU/BR com diversas pautas urgentes. A prioridade é a atualização das bases de tecnologia, em especial do Siccau (Sistema de Informação e Comunicação do CAU). Vamos resgatar todos os projetos inovadores da administração.

Outra prioridade é articular e compartilhar a agenda com o Fórum de Presidentes, construindo articulação política até agora inexistente, entendendo que somos um **ÚNICO CAU** e que devemos compartilhar ações coordenadas e comuns. O estabelecimento do Colegiado dos Presidentes irá integrar as ações do CAU.

Queremos definir um projeto de gestão colaborativa e compartilhada com o Plenário elaborado por meio de um processo de Planejamento Estratégico baseado nas convergências entre os 28 conselheiros, articulados com seus estados de origem.

É preciso, sobretudo, definir foco, prioridades e responsabilidades no trabalho coletivo para que metas e indicadores integrados, definidos colaborativamente, sejam perseguidos com transparência.

Queremos aproximar ao máximo o arquiteto e urbanista do CAU/BR, implementando com rapidez uma plataforma participativa ágil e de fácil

utilização, que facilite as manifestações dos profissionais quanto ao cotidiano de seu Conselho.

A revisão do sistema de gestão interna ao CAU, de sistemas e pessoas, das comissões, das plenárias e dos fluxos de encaminhamentos se faz necessária, valorizando o trabalho de todos. Plenárias deverão ser objetivas e preparadas devidamente no coletivo diretor, dentro do plano estabelecido, com foco nas metas definidas pelas convergências comuns, seguindo os preceitos regimentais a serem definidos para implementação do plano.

As Comissões, ordinárias e especiais, deverão trabalhar matricialmente, integrando assessorias e trabalhando na obtenção dos resultados constantes num **PROJETO para o CAU,** visando a revisão do Planejamento Estratégico.

Iremos propor a transformação da comissão temporária de equidade de gênero e raça em comissão especial, ressalvando que entendemos perfeitamente que nossos desafios não se limitam à questão de gênero.

Um CAU coeso deve ser estruturado por meio do fortalecimento de uma cultura de confiança e construção coletiva, a partir de um novo modelo de governança, mais eficaz, e de uma nova política de gestão de pessoas, valorizando-as.

É necessário qualificar o CAU como o articulador da comunicação entre profissionais e a sociedade. Assim, será possível melhorar a comunicação entre as instâncias do CAU, entre o CAU e os profissionais e entre o CAU e a sociedade.

Este texto sintetiza, mas não esgota propostas construídas em 2020, ao longo de semanas, por um coletivo de arquitetos urbanistas. A categoria nos depositou confiança, agora nos cabe trazer os resultados esperados no triênio 2021-2023, priorizando principalmente a questão social.

REFERÊNCIAS

CAU/BR. 1º. Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo. Comissão Temporária para a Equidade de Gênero, 2020. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

CAU/BR. *Habitação Social:* uma questão de Saúde Pública. Documentário. Comissão de Política Profissional, CAU/BR, dez. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E7dfO5PZsWA. Acesso em: 6 maio 2021.

COLOMINA, B. With, or without you: the ghosts of modern architecture. *In*: SCHWARTZ, A.; BUTLER, C. Modern Women: women artists at the Museum of Modern Art. New York: Museum of Modern Art, 2010.

DINIZ, D. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz. *Folha de S.Paulo*, 6 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml. Acesso em: 5 maio 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Síntese Grupo de Trabalho 2, "Inadequação habitacional no Brasil: situação atual e novas perspectivas, como mensurá-las?", Subgrupo 2.3 – "Inadequação edilícia". Setembro de 2020a. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/28.9_Sintese_GT.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Cimar Azeredo Pereira. Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Apuração do déficit habitacional e inadequação de domicílios e nova proposta metodológica, Setembro de 2020b. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/14.9_Cimar-Azeredo.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

GIVISIEZ, G. *et al*. Seminário Internacional Pesquisa Deficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Síntese Grupo de Trabalho 1 – "Déficit Habitacional no Brasil", Subgrupo 1.2 – "Ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo em domicílios alugados". Setembro de 2020. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/28.9_Sintese_GT.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.

ROSSETO, R.; OLIVEIRA, Q. T. A. de. Seminário Internacional: O perfil e a valorização da mulher na Arquitetura. FAU Mackenzie, mar. de 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO CAU (SICCAU). Quantitativo de registros. Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/registros/. Acesso em: 6 maio 2021.

UNION INTERNACIONALE DES ARCHITECTES. Assembléia em Seoul. Córeia do Sul. 2017. Disponível em: https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender_equity_policy_2017_12.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.